



CADERNO DE QUESTÕES
ANALISTA LEGISLATIVO
ARQUIVOLOGIA

ATENÇÃO

Sr. candidato,

Verifique se o tipo de gabarito constante em seu cartão-resposta corresponde ao da etiqueta colada na carteira e ao do caderno de questões recebido. Esses números deverão ser idênticos. Qualquer divergência informar, imediatamente, ao fiscal de sala e solicitar a devida correção.

1. A prova terá duração de 4 (quatro) horas, considerando, inclusive, a marcação do CARTÃO-RESPOSTA.
2. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém 70 (setenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

CONTEÚDO	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 10
Raciocínio Lógico Quantitativo e Analítico	11 a 15
Noções de Informática	16 a 20
Atualidades	21 a 25
Ética do Servidor na Administração Pública	26 a 30
Processo e Poder Legislativo	31 a 40
Conhecimentos Específicos	41 a 70

3. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no Cartão-Resposta, com caligrafia usual, utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta, para posterior exame grafológico:

“Nossos olhos também precisam de alimento”

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação da prova e na eliminação do Concurso.

4. A prova deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material incolor e transparente, não sendo permitido o uso de lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha.
5. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.
6. O telefone celular deverá permanecer desligado e sem bateria, desde o momento da entrada até a retirada do candidato do local de realização das provas.
7. Durante a prova não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
8. Somente após decorrida **1 (uma) hora do início da prova**, o candidato, ainda que tenha desistido do Concurso, poderá entregar o CADERNO DE QUESTÕES E O CARTÃO-RESPOSTA **devidamente assinado e com a frase transcrita**, e retirar-se do recinto. No entanto, **APENAS** durante os 30 (trinta) minutos finais de prova será permitido copiar seus assinalamentos do CARTÃO-RESPOSTA, em formulário próprio, a ser distribuído pelo fiscal de sala.
9. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
10. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
11. **O FISCAL DE SALA NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.**
12. Os gabaritos das provas serão publicados no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O Rio e no Diário Oficial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro - D.C.M., no segundo dia útil após a realização das provas, estando disponíveis também, no site <http://concursos.rio.rj.gov.br>.

LÍNGUA PORTUGUESA

Contemplando o rosto do outro

Está nas livrarias o álbum de fotos de Vivian Maier. [...] Paisagens urbanas, pessoas e costumes americanos, registrados entre as décadas de 1950 e 1990. Essas fotos foram descobertas pelo historiador John Maloof que, em 2007, arrematou em leilão a caixa que guardava os negativos (a fotógrafa perdera o direito de acesso à caixa, por não ter dinheiro para resgatá-la do guarda-volumes em que a mantivera).

Vivian Maier era governanta de família rica de Chicago que depois se transferiu para Nova York. Sozinha pelas ruas da cidade, fotografava, com sua Rolleiflex, o que a interessava e que nunca mostrou a ninguém. Ela montou assim um mapa antropológico da América do pós-guerra, um mundo de classe média afluyente, de miseráveis nas esquinas, de crianças sujas e mulheres de casacos de pele, de pilhas de caixotes abandonados e estações de metrô cheias de gente. Inspirada, Vivian Maier fotografou-se a si mesma, usando vitrines e espelhos de lojas, bem como sua própria sombra na calçada.

Ignorante do resto do mundo, Vivian Maier [...] era apenas intuitiva e curiosa, procurava na rua o que não via na casa de família em que trabalhava. O que não conhecia.

Um fotógrafo culto como Sebastião Salgado apoia seu assunto (os deserdados) em composições de espaço e de coisas, nuvens, florestas, montanhas que são alvos simultâneos de sua obra. A superfície artística do objeto de seu foco. Franceses como Pierre Verger e Raymond Depardon, que se dedicaram a registrar a África e os africanos, o fizeram por amor ao que fotografavam, mais que por fidelidade ideológica ou dever de ofício.

[...] É assim que Vivian Maier procura oferecer a ela mesma (posto que não contava com espectadores) o entendimento do outro. [...] Quando a câmera fotográfica foi inventada, em 1839, seu objetivo era esse mesmo. Como estamos em meados do século 19, o rosto do outro preferencial era, em geral, o de um herói público, de uma estrela do teatro, de uma família nobre (Dom Pedro II, um entusiasta da novidade tecnológica, se deixou fotografar perplexo diante das Pirâmides do Egito, em sua viagem particular ao Oriente Médio).

A morte democratizou o rosto que a câmera devia procurar. O húngaro Robert Capa, cobrindo guerras na primeira metade do século 20, inaugurou esse viés com seu célebre registro do momento da morte de um anônimo republicano espanhol, atingido por bala franquista. Essa foto ilustrou reportagem da revista Life, no ano de 1937, excitando o mundo inteiro com o *glamour* da miséria humana. Capa e parceiros inauguravam um novo jeito de fotografar o homem e o mundo. Ou o homem no mundo. Com dor.

Foi só por aí que a fotografia começou a ser reconhecida como arte, mesmo que saibamos do valor das fotos históricas anteriores a esse tempo, uma descoberta de nós mesmos no passado. Como nas de Marc Ferrez ou Augusto Malta, registros do Rio de Janeiro do final do século 19. Ou como na foto de Antonio Luiz Ferreira de missa no Campo de São Cristóvão, em 17 de maio de 1888, festa religiosa pela Abolição da Escravatura. Nessa última, pesquisadores do Portal Brasileira Fotográfica identificaram recentemente o rosto de Machado de Assis, no meio de uma multidão de 30 mil pessoas.

Em seu livro sobre fotografia, "Regarding the pain of others" (numa tradução livre, "Contemplando a dor de outros"), Susan Sontag escreve que "a fotografia é como uma citação, uma máxima, um provérbio", aludindo ao efeito de permanência das fotos, uma tradição nova da qual o homem não pode mais escapar. Nem tem razão para isso. [...]

Cacá Diegues, *O Globo*, 21/06/2015. 1º Caderno. Opinião. Excerto.

01. Segundo o texto, sobre profissional e objeto de foco fotográfico, é correto afirmar que:
- (A) Vivian Maier deu preferência a interiores
 - (B) Sebastião Salgado prioriza seres desfavorecidos
 - (C) Marc Ferrez privilegia a família real
 - (D) Robert Capa celebrou a morte de um herói nobre
02. "aludindo ao efeito de permanência das fotos" (8º parágrafo). O gerúndio em destaque, nesse contexto, assume o seguinte significado:
- (A) fazendo referência a algo sem mencioná-lo expressamente
 - (B) explicitando a definição de algo anteriormente mencionado
 - (C) exprimindo de modo claro aquilo a que está se referindo
 - (D) proferindo elogio a algo a ser mencionado a seguir
03. "Um fotógrafo culto como Sebastião Salgado apoia seu assunto" (4º parágrafo). Pela convenção ortográfica vigente, a palavra em destaque deixou de receber acento gráfico. Isso também aconteceu com os seguintes vocábulos:
- (A) juizes, bachareis, convem
 - (B) viuvo, bonus, assembleia
 - (C) heroico, feiura, releem
 - (D) orfã, consul, constituinte

Considerar o seguinte fragmento, para responder às questões 04 e 05.

“a fotógrafa **perdera** o direito de acesso à caixa, por não ter dinheiro para resgatá-la do guarda-volumes em que a **mantivera**” (1º parágrafo)

04. Os verbos em destaque encontram-se no pretérito mais que perfeito do modo indicativo. A flexão nesse mesmo tempo se torna **obrigatória** para preencher corretamente a lacuna da frase com o verbo entre parênteses:

- (A) A criação da Kodak é considerada uma revolução na fotografia, já que ____ bastante o custo das câmeras, rolos de filme e revelação. (baratear)
- (B) Na Grécia antiga, já se ____ o fenômeno da produção de imagens pela passagem de luz através de um pequeno orifício. (conhecer)
- (C) É preciso reconhecer que não é raro fotógrafos amadores ____ imagens mais surpreendentes que os profissionais. (captar)
- (D) Quando o daguerreotipo, máquina fotográfica bem primitiva, surgiu em 1849, Niépce já ____, em 1826, a primeira fotografia de duração indefinida. (tirar)

05. Em “acesso à caixa”, usa-se o sinal grave indicativo de crase, o qual também deve ser empregado sobre o **a** em destaque na seguinte frase:

- (A) Uma simplificação dos processos, aliada a facilidades oferecidas pela informática, têm multiplicado **a** imagens fotográficas no cotidiano.
- (B) Alguns fotógrafos destinam sua atenção, exclusivamente, **a** desigualdade existente nas sociedades modernas.
- (C) Tornando-se uma experiência cada vez mais pessoal, amplia-se **a** experiência de se conservar um momento em uma imagem.
- (D) Os avanços tecnológicos têm possibilitado **a** redução de custos, popularizando o uso da fotografia.

06. “**mesmo que** saibamos do valor das fotos históricas anteriores a esse tempo” (7º parágrafo). Altera-se a relação lógica estabelecida pelo conectivo em destaque, ao se reescrever esse fragmento da seguinte forma:

- (A) desde que saibamos do valor das fotos históricas anteriores a esse tempo
- (B) se bem que saibamos do valor das fotos históricas anteriores a esse tempo
- (C) por mais que saibamos do valor das fotos históricas anteriores a esse tempo
- (D) conquanto saibamos do valor das fotos históricas anteriores a esse tempo

07. O termo em destaque (*que*) não é pronome relativo, pois não se refere a termo antecedente, no seguinte fragmento do texto:

- (A) democratizou o rosto **que** a câmera devia procurar (6º parágrafo)
- (B) não via na casa de família em **que** trabalhava (3º parágrafo)
- (C) Susan Sontag escreve **que** “a fotografia é como uma citação” (8º parágrafo)
- (D) nuvens, florestas, montanhas **que** são alvos simultâneos de sua obra (4º parágrafo)

08. No tocante à concordância verbal, o uso da língua portuguesa está adequado à situação formal, respeitando as regras gramaticais estabelecidas para a norma escrita padrão na seguinte frase:

- (A) Cada uma das fotos, inclusive as mais banais, podem se transformar em arte por bons fotógrafos.
- (B) É clichê afirmar que, para muitos, mil palavras não vale uma imagem.
- (C) Na ausência, é comum que as fotografias da pessoa amada amenize a saudade.
- (D) Em 1975, criaram-se as primeiras câmeras digitais, com a vantagem de dispensar o uso de filme.

09. “**Nem** tem razão para isso” (8º parágrafo). Nesse contexto, a conjunção em destaque explicita a seguinte relação de sentido:

- (A) explicação
- (B) consequência
- (C) contraste
- (D) adição

10. O termo **recentemente** (7º parágrafo) é um advérbio empregado, com valor semântico equivalente ao do termo em destaque na seguinte frase:

- (A) Muitos são os apaixonados pela fotografia e, **eventualmente**, utilizam a câmara como uma extensão da sua memória.
- (B) **Ultimamente**, a prática de fazer *selfies* (autorretratos) ganhou imensa adesão mundial.
- (C) **Indubitavelmente**, na fotografia em preto e branco, sobressaía o contraste dos tons de cinza dos elementos.
- (D) É moda ter várias tatuagens pelo corpo e, destas, **constantemente** postar fotos nas redes sociais.

RACIOCÍNIO LÓGICO QUANTITATIVO E ANALÍTICO

11. Considere-se um grupo formado por 8 pessoas, cada uma com uma carteira contendo dinheiro. É verdade que:

- todas possuem na carteira, no mínimo, R\$ 24,00;
- a pessoa que possui mais dinheiro na carteira, possui R\$ 75,00;
- a média das quantias existentes nas oito carteiras é igual a R\$ 32,00.

A segunda maior quantia que uma dessas pessoas pode possuir corresponde a:

- (A) R\$ 44,00
- (B) R\$ 41,00
- (C) R\$ 34,00
- (D) R\$ 37,00

12. Uma pesquisa realizada com um grupo de brasileiros constatou que:

- 63 dessas pessoas já tinham viajado para a Europa;
- 36 já tinham viajado para a Ásia;
- 40 já tinham viajado para a África;
- 8 já tinham viajado para esses três continentes;
- 20 viajaram apenas para a África;
- o número de pessoas que viajaram para a Ásia e para a África e não viajaram para a Europa é igual ao número de pessoas que viajaram para a África e para a Europa e não viajaram para a Ásia;
- o número de pessoas que viajaram para a Ásia e para a Europa e não viajaram para a África é igual ao dobro do número de pessoas que viajaram para a África e para a Europa e não viajaram para a Ásia;
- 17 pessoas nunca tinham viajado para fora do Brasil.

A partir dessas informações, é possível concluir corretamente que a quantidade de pessoas pesquisadas que nunca viajaram para a Europa é igual a:

- (A) 43
- (B) 47
- (C) 53
- (D) 57

13. Carlos irá estudar para um concurso público durante 12 dias. Para isso, de uma lista contendo n temas, ele irá escolher dois por dia. Sabe-se que nunca os mesmos dois temas serão escolhidos em um determinado dia. O menor valor possível para o número n é:

- (A) 5
- (B) 6
- (C) 7
- (D) 8

14. Sobre um pequeno grupo de pessoas, é sempre verdade que:

- Se João toca guitarra, então Maria vai ao *shopping*.
- Se Pedro não ficou feliz, então Maria não foi ao *shopping*.

Assim, se João toca guitarra, é necessariamente verdadeiro que:

- (A) Maria não vai ao *shopping*
- (B) Pedro fica feliz
- (C) Pedro não fica feliz
- (D) Pedro não fica feliz e Maria vai ao *shopping*

15. Considerem-se as proposições P, Q e R e a seguinte linha de uma tabela-verdade, em que V representa o valor lógico verdadeiro, F, o falso.

P	Q	R	$P \rightarrow \neg Q$	$R \vee (P \rightarrow \neg Q)$
V	V	F	X	Y

Os valores lógicos que substituem corretamente as letras X e Y, respectivamente, são:

- (A) V e F
- (B) V e V
- (C) F e V
- (D) F e F

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

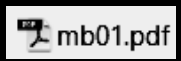
16. Atualmente os *pendrives* constituem um dos dispositivos mais utilizados no ambiente de informática, tendo em vista a capacidade de armazenamento e a facilidade de uso, tanto na entrada como na saída dos dados. Nesse contexto, dois valores bastante comuns para a capacidade máxima de armazenamento desses dispositivos são:

- (A) 16 e 32 GBytes
- (B) 2 e 4 TBytes
- (C) 1 e 512 MBytes
- (D) 480 e 5000 Bytes

17. No gerenciador de arquivos do Windows 8 BR, um funcionário de nível superior da Câmara Municipal do Rio de Janeiro acessou a pasta

↑ | Meu computador | DATA (D:) | CMRJ

Para selecionar todos os arquivos armazenados

nesta pasta, ele selecionou  e

mantendo-a selecionada, levou o cursor do mouse sobre o nome do último arquivo

 e pressionou simultaneamente

uma tecla de controle. A figura abaixo ilustra o resultado do procedimento feito, mostrando a seleção exclusiva desses dois arquivos.



A tecla de controle pressionada foi:

(A) 

(B) 

(C) 

(D) 

18. Durante a digitação de um texto no Word 2013 BR, um funcionário da CMRJ selecionou o título “**câmara municipal do rio de janeiro - 2015**” de um documento e pressionou, por duas vezes seguidas, um atalho de teclado, que mostrou a citação com todas as letras em maiúsculas, conforme indicado abaixo.

“**CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - 2015**”

Nesse contexto, o atalho de teclado foi:

- (A) Shift + F5
- (B) Shift + F4
- (C) Shift + F3
- (D) Shift + F6

19. A planilha abaixo foi criada no Calc do pacote LibreOffice v4.3.5.2

	A	B	C	D
1	CMRJ - 2015			
2				
3	19			
4	25		Soma =	41
5	17			
6	16		MENOR =	16
7	22			

- Em D4 foi inserida uma expressão que determina a soma dos números contidos nas células A3 e A7.
- Em D6 foi inserida uma expressão que determina o menor número entre todos no intervalo de A3 até A7, o que pode ser feito por meio de uma das funções MENOR ou MÍNIMO.

As expressões inseridas em D4 e em D6 foram, respectivamente:

- (A) =SOMA(A3:A7) e =MENOR(A3:A7)
- (B) =SOMA(A3;A7) e =MENOR(A3:A7:1)
- (C) =SOMA(A3:A7) e =MÍNIMO(A3:A7)
- (D) =SOMA(A3;A7) e =MÍNIMO(A3:A7;1)

20. No *browser* Google Chrome, um recurso é utilizado para visualizar o conteúdo de páginas de um site na modalidade tela inteira ou tela cheia. Essa modalidade é acionada por meio de um atalho de teclado que corresponde a pressionar a seguinte tecla de função:

- (A) F10
- (B) F11
- (C) F7
- (D) F2

ATUALIDADES

21. “Fevereiro de 2011. A eurocrise está a todo vapor na Espanha. O desemprego atinge 22%, e 47% entre os jovens. Após ignorar por muito tempo a gravidade da crise, sob pressão da Alemanha e do FMI, o governo socialista, revertendo sua promessa eleitoral de 2008, promove cortes orçamentários cada vez mais profundos nas áreas de saúde, educação e serviços sociais”.

[CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p.90]

Neste contexto de crise o governo espanhol priorizou a:

- (A) privatização da empresa nacional petrolífera
- (B) reformulação político partidária no país
- (C) recapitalização das instituições públicas
- (D) separação espanhola da União Europeia

22. Segundo a atual Constituição do Estado do Rio de Janeiro, em seu Artigo 12: “são assegurados a todos, independentemente do pagamento de taxas, emolumentos ou de garantia de instância, o direito a”:

- (A) certidão pública de defesa de direitos
- (B) registro civil de casamento
- (C) cédula de identidade individual
- (D) certidão de óbito

23. “A atribuição da nacionalidade como um ato de vontade (adesão política ou escolha de local para viver) ou um pertencimento étnico e cultural está presente em todos os Estados modernos. Isso nem sempre se apresenta de forma clara.”

[REIS, Rossana Rocha. Soberania, Direitos Humanos e Migrações Internacionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 55, jun. 2004, p. 156]

Na atualidade essa atribuição, em relação aos imigrantes, pode combinar diferentes tradições, sendo uma delas aquela baseada no direito decorrente do local de nascimento, que é o *jus*:

- (A) *solis*
- (B) *sanguinis*
- (C) *stratum*
- (D) *sperniandis*

24. “A rede hipertextual está em constante construção e renegociação. Ela pode permanecer estável durante certo tempo, mas esta estabilidade é em si mesma fruto de um trabalho. Sua extensão, sua composição e seu desenho estão permanentemente em jogo para os atores envolvidos, sejam eles humanos, palavras, imagens, traços de imagens ou de contextos, objetos técnicos, componentes destes objetos, etc”.

[LEVY, 1993, p.25. *Op. cit.* CARVALHO, Jaciara de Sá. *Redes e Comunidades: ensino-aprendizagem pela Internet*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2011. p. 46]

Segundo este autor são características dessa rede:

- (A) centralização e interioridade
- (B) metamorfose e heterogeneidade
- (C) diversidade e unilateralidade
- (D) homogeneização e formalidade

25. “Essa instabilidade é dramaticamente acentuada pelo declínio do monopólio da força armada, que já não está nas mãos dos governos. A Guerra Fria deixou em todo o mundo um enorme suprimento de armas pequenas, mas muito potentes, e outros instrumentos de destruição para usos não governamentais, que podem ser facilmente adquiridos com os recursos financeiros disponíveis no gigantesco e incontrolável setor paralegal da economia capitalista global, em fantástica expansão”.

[HOBBSAWN, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Cia da Letras, 2007, p.87].

A capacidade dos grupos armados não-estatais de sustentar-se quase que indefinidamente em luta contra o poder do Estado, nacional ou estrangeiro, nos dias atuais, em que os oponentes apresentam diversas diferenças, entre as quais a organização, os objetivos, os recursos financeiros e militares, o comportamento e obediência a regras, é chamada, nos debates estratégicos dos Estados Unidos, de guerra:

- (A) santa
- (B) armamentista
- (C) infinita
- (D) assimétrica

ÉTICA DO SERVIDOR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

26. O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Municipal do Rio de Janeiro prevê expressamente como dever do servidor público:

- (A) exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de causar dano moral a usuário
- (B) corrigir o teor de documentos, que deve encaminhar para providências
- (C) pleitear qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie para resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral a usuário
- (D) exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral a usuário

27. Segundo o Código Penal Brasileiro, a conduta de atribuir-se ou atribuir a terceiro falsa identidade para obter vantagem, em proveito próprio ou alheio, ou para causar dano a outrem caracteriza crime de:
- (A) falsa identidade
 - (B) uso de documento falso
 - (C) falsidade ideológica
 - (D) falsificação de documento particular
28. De acordo com o expressamente disposto no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Municipal do Rio de Janeiro, é vedado ao servidor público:
- (A) utilizar materiais e equipamentos da repartição pública para fins particulares
 - (B) fomentar a discórdia, a intolerância e a segregação no ambiente de trabalho
 - (C) alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências
 - (D) utilizar, durante o expediente, aparelhos sonoros ou telemáticos no ambiente de trabalho
29. De acordo com o expressamente disposto no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Municipal do Rio de Janeiro, é dever do servidor público:
- (A) desconstrair os colegas de trabalho, aperfeiçoando o relacionamento profissional
 - (B) tratar cuidadosamente os usuários dos serviços, aperfeiçoando o processo de comunicação
 - (C) utilizar vestimentas novas, discretas e compatíveis com sua função
 - (D) usufruir dos intervalos para descanso e alimentação, se possível, no ambiente de trabalho
30. A Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92) prevê expressamente que constitui ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário:
- (A) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado
 - (B) celebrar contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária, ou sem observar as formalidades previstas na lei
 - (C) usar, em proveito próprio, bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial indisponível das entidades públicas
 - (D) incorporar, por qualquer forma, ao seu patrimônio bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades públicas

PROCESSO E PODER LEGISLATIVO

31. De acordo com o expressamente disposto na Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, é possível afirmar que o Município divulgará o montante de cada um dos tributos arrecadados e a arrecadar, os recursos recebidos e a receber e a evolução da remuneração real dos servidores, no seguinte prazo:
- (A) até 90 (noventa) dias da arrecadação
 - (B) até 60 (sessenta) dias da arrecadação,
 - (C) até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação
 - (D) até o último dia do ano da arrecadação
32. De acordo com o expressamente disposto na Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, é possível afirmar que, imediatamente após a posse:
- (A) presente a maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, os Vereadores elegerão os membros da Mesa Diretora, que ficarão automaticamente empossados
 - (B) presente a maioria simples dos membros da Câmara Municipal, os Vereadores elegerão os membros da Mesa Diretora, que serão empossados na sessão ordinária seguinte
 - (C) presente a maioria simples dos membros da Câmara Municipal, os Vereadores elegerão os membros da Mesa Diretora, que serão empossados em solenidade especial
 - (D) presente a maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, os Vereadores elegerão os membros da Mesa Diretora, que serão empossados no dia subsequente
33. De acordo com o expressamente disposto na Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, a convocação extraordinária da Câmara Municipal dar-se-á:
- (A) a requerimento da maioria simples dos Vereadores, em caso de urgência ou interesse público relevante ao bem estar social
 - (B) pelo Presidente da Câmara Municipal, para dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito e receber seu compromisso, bem como em caso de intervenção estadual
 - (C) a requerimento do Presidente da Câmara Municipal, em caso de urgência ou interesse público relevante, bem como em caso de intervenção estadual
 - (D) pelo Prefeito, para dar posse ao Vice-Prefeito e receber seu compromisso, bem como em caso de intervenção municipal

34. No que diz respeito ao processo legislativo municipal e de acordo com o disposto expressamente na Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, é possível afirmar que:
- (A) compete à Mesa Diretora da Câmara Municipal responder aos requerimentos enviados pelo Presidente da Câmara Municipal e pelo Prefeito, no prazo máximo de quinze dias, improrrogáveis
 - (B) compete à Mesa Diretora da Câmara Municipal responder aos requerimentos enviados pelo Presidente da Câmara Municipal, no prazo máximo de dez dias, prorrogável duas vezes pelo mesmo período
 - (C) compete à Mesa Diretora da Câmara Municipal responder aos requerimentos enviados pelo Presidente da Câmara Municipal, no prazo máximo de quinze dias, prorrogável somente uma vez pelo mesmo período
 - (D) compete ao Presidente da Câmara Municipal responder aos requerimentos enviados à Mesa Diretora pelos Vereadores, no prazo máximo de dez dias, prorrogável somente uma vez pelo mesmo período
35. De acordo com o disposto expressamente no Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro, dependerá de inspeção realizada por junta médica:
- (A) a licença superior a 60 (sessenta) dias
 - (B) a licença superior a 30 (trinta) dias
 - (C) a licença superior a 15 (quinze) dias
 - (D) a licença superior a 90 (noventa) dias
36. De acordo com o expressamente disposto no Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro, é possível afirmar que, as despesas cuja comprovação for impugnada pelos órgãos de controle interno serão glosadas, devendo o responsável pelo aditamento efetuar o recolhimento do montante delas, no prazo de:
- (A) 10 (dez) dias úteis da data da notificação
 - (B) 15 (quinze) dias úteis da data da notificação
 - (C) 8 (oito) dias úteis da data da notificação
 - (D) 20 (vinte) dias úteis da data da notificação
37. De acordo com o expressamente disposto no Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro, os créditos especiais e extraordinários não poderão ter vigência além do exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização ocorrer:
- (A) nos últimos 4 (quatro) meses do exercício financeiro, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, poderão vigor até o término do exercício subsequente
 - (B) nos últimos 5 (cinco) meses do exercício financeiro, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, poderão vigor até o término do exercício subsequente
 - (C) nos últimos 3 (três) meses do exercício financeiro, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, poderão vigor até o término do exercício subsequente
 - (D) nos últimos 2 (dois) meses do exercício financeiro, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, poderão vigor até o término do exercício subsequente
38. De acordo com o expressamente disposto no Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, é possível afirmar que, as sessões especiais, realizadas sempre após as sessões ordinárias, serão abertas com a presença de, no mínimo:
- (A) dois terços dos membros da Câmara Municipal e terão tempo de duração determinado
 - (B) dois terços dos membros da Câmara Municipal e não terão tempo de duração determinado
 - (C) um terço dos membros da Câmara Municipal e não terão tempo de duração determinado
 - (D) um terço dos membros da Câmara Municipal e terão tempo de duração determinado
39. De acordo com o expressamente disposto no Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, a conduta do Prefeito consubstanciada em impedir o livre e regular funcionamento da Câmara Municipal caracteriza:
- (A) crime de improbidade administrativa
 - (B) infração político-administrativa
 - (C) infração funcional
 - (D) crime político
40. De acordo com o expressamente disposto no Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, a proposição em que o Vereador sugere aos poderes competentes medidas de interesse público denomina-se:
- (A) motim
 - (B) categorização
 - (C) sugestão
 - (D) indicação

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Considerar o “Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012 que regulamenta a Lei nº12.527, de 18 de novembro de 2011” para responder às questões 41 e 42.

41. Entende-se primariedade como qualidade:
- (A) do documento íntegro, com o mínimo de detalhamento possível, com o máximo de 10 modificações
 - (B) da informação coletada na fonte, com o mínimo de detalhamento possível, sem modificações
 - (C) do dado coletado na fonte, com o máximo de detalhamento possível, com modificações
 - (D) da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações
42. O capítulo VI do referido decreto trata da Comissão Mista de Reavaliação de Informações, que é integrada por diferentes órgãos da administração pública. A composição completa dessa comissão é:
- (A) Casa Civil da Presidência da República; Ministério da Justiça; Ministério das Relações Exteriores; Ministério da Defesa; Ministério da Fazenda; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Advocacia-Geral da União e Controladoria Geral da União
 - (B) Ministério da Justiça; Ministério da Cultura; Ministério da Defesa; Ministério da Fazenda; Ministério da Saúde; Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Advocacia-geral da União e Controladoria Geral da União
 - (C) Casa Civil da Presidência da República; Ministério da Justiça; Ministério da Saúde; Ministério da Defesa; Ministério da Educação; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Advocacia-Geral da União e Controladoria Geral da União
 - (D) Ministério da Justiça; Ministério das Relações Exteriores; Ministério da Defesa; Ministério da Cultura; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Advocacia-Geral da União e Tribunal de Contas da União

Considerar a publicação “Diretrizes do preservador – A preservação de documentos arquivísticos digitais: diretrizes para organizações”, para responder às questões de 43 a 45.

43. Os controles sobre a passagem dos documentos arquivísticos digitais da custódia do produtor para o preservador devem ser rigorosamente obedecidos. Durante o processo de transferência ou recolhimento, deve ser verificada a autenticidade dos documentos arquivísticos do produtor, que inclui a verificação de que:
- (A) os planos de transferência e de recolhimento não confirmam a viabilidade técnica do recebimento e da preservação
 - (B) os metadados de identidade e integridade foram transferidos junto com os seus respectivos documentos e permanecem vinculados a eles
 - (C) várias cópias dos documentos foram incluídas no processo, bem como os seus respectivos metadados estruturais
 - (D) os requisitos de instalação foram transferidos junto com os seus respectivos documentos e foram eliminadas as cópias
44. Entende-se conversão no contexto da preservação digital como a:
- (A) remoção da assinatura digital
 - (B) produção de cópia da cadeia de dados de um suporte para a outro
 - (C) transferência de códigos digitais de uma geração de *hardware* ou *software* para outra
 - (D) descrição dos metadados do documento arquivístico
45. Os requisitos de base para apoiar a produção de cópias autênticas dos documentos arquivísticos digitais possibilitam que o preservador possa certificar que as cópias dos documentos arquivísticos são autênticas. Para o grupo de pesquisadores do INTERPARES, todos os requisitos de base devem ser cumpridos:
- (A) depois do movimento de passagem de custódia dos documentos para o usuário final
 - (B) depois que o preservador possa atestar a naturalidade das cópias digitais sob sua custódia
 - (C) antes que o preservador possa atestar a autenticidade das cópias digitais sob sua custódia
 - (D) antes que o preservador possa atestar a imparcialidade dos documentos e após a passagem da custódia para o usuário final

Considerar a publicação “Diretrizes para a gestão arquivística do correio eletrônico corporativo”, para responder às questões 46 e 47.

46. Existem diferentes elementos envolvidos na troca de mensagens eletrônicas. Todos os elementos destacados na publicação mencionada, estão agrupados em:
- (A) acesso à Internet; provedor de serviço de correio eletrônico; endereço de correio eletrônico; *software* de imagem; e protocolo de envio e recebimento de mensagem
 - (B) computador conectado a uma rede de computadores; provedor de serviço de correio eletrônico; endereço de correio eletrônico; *software* de correio eletrônico; e protocolo de envio, transmissão e recebimento
 - (C) computador; provedor de serviço de correio eletrônico; endereço de correio eletrônico; *software* de correio eletrônico; e protocolo de transmissão de mensagem eletrônica
 - (D) acesso à intranet; provedor de serviço de correio eletrônico; endereço de correio eletrônico; *software* de correio eletrônico; e protocolo de envio de mensagem
47. De acordo com a Organização das Nações Unidas – ONU, é possível identificar a mensagem de correio eletrônico como documento arquivístico. Os autores da referida publicação destacam algumas situações e estabelecem que a mensagem de correio eletrônico pode ser considerada documento arquivístico, quando é:
- (A) mensagem que apresenta como conteúdo nota, relatório final ou recomendação para uma ação em desenvolvimento ou finalizada
 - (B) mensagem cujo conteúdo se refere a “correntes”, propagandas, promoções e afins
 - (C) cópia de mensagem enviada para grupos de trabalho ou coordenações, com a única finalidade de referência ou informação
 - (D) material de referência, isto é, documento usado apenas para subsídio teórico no desenvolvimento de uma atividade
48. O capítulo V, da Lei 12.527/2011 destina-se às Responsabilidades. De acordo com essa lei, constituem condutas **ilícitas** que ensejam responsabilidade do agente público ou militar:
- (A) dar ciência à autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, à outra autoridade competente para apuração de informação concernente à prática de crimes
 - (B) atender e orientar o público quanto ao acesso a informações
 - (C) promover e propor a regulamentação do credenciamento de segurança de pessoas físicas, empresas, órgãos e entidades para tratamento das informações sigilosas
 - (D) destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado

Considerar a publicação “Diretrizes para implementação de repositórios digitais confiáveis de documentos arquivísticos”, para responder às questões 49 e 50.

49. O Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos – SIGAD é o conjunto de:
- (A) operações técnicas arquivísticas típicas de um sistema de gestão arquivística de documentos, processado eletronicamente e aplicável somente em ambientes digitais, isto é, composto de documentos natos digitais
 - (B) procedimentos especializados típicos de um sistema de gestão de documentos, processado de forma híbrida, e aplicável em ambientes digitais
 - (C) operações técnicas características do sistema de gestão de documentos, processado eletronicamente e aplicável em ambientes digitais isto é, composto de documentos digitais
 - (D) procedimentos e operações técnicas característicos do sistema de gestão arquivística de documentos, processado eletronicamente e aplicável em ambientes digitais ou híbridos, isto é, composto de documentos digitais e não digitais
50. O desenvolvimento de repositórios digitais confiáveis é fundamental para se assegurar a autenticidade, preservação e o acesso de longo prazo aos documentos arquivísticos. Segundo o disposto na publicação citada, os pesquisadores do grupo de trabalho RLG/OCLC entendem que repositório digital confiável é aquele que tem como:
- (A) missão oferecer, à sociedade como um todo, acesso confiável ou não, aos recursos digitais produzidos por cada produtor de arquivo privado ou público na fase corrente
 - (B) missão oferecer, à sua comunidade-alvo, acesso confiável e de longo prazo aos recursos digitais por ele gerenciados, agora e no futuro
 - (C) objetivos centrais a manutenção e a reprodução de documentos arquivísticos em suporte papel em ambiente eletrônico
 - (D) objetivo central permitir o acesso irrestrito aos documentos de arquivo, não importa a classificação de sigilo, à sua comunidade-alvo, e de médio-longo prazo aos recursos digitais por ele gerenciados, agora e no futuro

Considerar a “Lei nº 3.404, de 5 de junho de 2002, que dispõe sobre a política municipal de arquivos públicos e privados, o acesso aos documentos públicos municipais e dá outras providências”, para responder às questões 51 e 52.

51. Dentre as instituições listadas a seguir, aquela que tem a competência de autorizar a eliminação dos documentos produzidos e recebidos pelo Poder Legislativo Municipal é o:

- (A) Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
- (B) Arquivo da Câmara Municipal
- (C) Arquivo Nacional
- (D) Arquivo do Estado do Rio de Janeiro

52. Política municipal de arquivos é o conjunto de:

- (A) objetivos, princípios, diretrizes e programas elaborados e executados pelo Poder Executivo Municipal de forma a garantir a gestão, preservação e acesso aos documentos dos arquivos públicos municipais, bem como a proteção especial a arquivos privados, considerados de interesse público e social para a Cidade do Rio de Janeiro
- (B) diretrizes e programas elaborados e executados pelo Poder Executivo Municipal de forma a garantir a gestão, preservação e acesso aos documentos dos arquivos e bibliotecas públicas municipais
- (C) objetivos, princípios, diretrizes e programas elaborados e executados pelos Poderes Executivo e Legislativo Municipais de forma a garantir a gestão, preservação e acesso aos documentos dos arquivos públicos municipais, bem como a proteção especial a arquivos privados, considerados de interesse público e social para a Cidade do Rio de Janeiro
- (D) diretrizes e programas elaborados e executados pelos Poderes Executivo e Legislativo do Município do Rio de Janeiro de forma a garantir a preservação e acesso aos documentos dos arquivos públicos municipais, bem como a proteção especial a arquivos privados, considerados de interesse público e social para a Cidade do Rio de Janeiro

53. De acordo com o disposto na Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2002, que dispõe sobre a elaboração e arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos, o processo de digitalização deverá ser realizado de forma a manter:

- (A) exclusivamente a integridade do documento, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura das Chaves Públicas – ICP-Brasil, cabendo à autoridade competente a manutenção da autenticidade e, verificação da veracidade e da confidencialidade do documento digital
- (B) a integridade, a autenticidade e, se necessário, a confidencialidade do documento digital, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura das Chaves Públicas – ICP-Brasil, sendo permitido por meio de autoridade competente a eliminação de partes do documento com classificação quanto ao sigilo
- (C) a integridade, a autenticidade e, se necessário, a confidencialidade do documento digital, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura das Chaves Públicas – ICP-Brasil
- (D) exclusivamente a autenticidade do documento e sua preservação, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura das Chaves Públicas – ICP-Brasil e, se necessário, a confidencialidade do documento digital

54. Em relação à eliminação de documentos microfilmados, a Lei nº 5.433, de 8 de maio de 1968, que regula a microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências, diz que a:

- (A) incineração dos documentos microfilmados far-se-á mediante lavratura de termo, por autoridade competente, em livro próprio
- (B) destruição mecânica dos documentos microfilmados far-se-á mediante lavratura de termo assinado pelo presidente da Comissão Permanente de Avaliação do órgão produtor
- (C) incineração dos documentos microfilmados far-se-á apenas após a deliberação da Comissão Permanente de Avaliação do órgão produtor e a assinatura do termo pela instituição arquivística competente
- (D) destruição mecânica dos documentos microfilmados far-se-á mediante lavratura de termo, por autoridade competente, publicado em Diário Oficial e no sítio institucional

Considerar a publicação “Diretrizes do produtor – A elaboração e a manutenção dos materiais digitais: diretrizes para indivíduos”, para responder às questões 55 e 56.

55. O grupo de pesquisadores do Projeto INTERPARES entende variabilidade limitada como:

- (A) a reunião das versões e dos elementos de um documento arquivístico que expressam a ação da qual ele participa e o seu contexto imediato e as regras de representação de acordo com as quais o conteúdo de um documento arquivístico, seu contexto administrativo e documental, e sua autoridade são comunicados ao usuário
- (B) a regra de representação de acordo com a qual o conteúdo de um documento arquivístico, seu contexto administrativo e documental, e sua autoridade são comunicados
- (C) o conjunto de elementos de um documento arquivístico que expressam a ação da qual ele participa e o seu contexto imediato e sua aparência externa, não importa o seu suporte
- (D) a qualidade de um documento arquivístico que assegura que suas apresentações documentais são limitadas e controladas por regras fixas e um armazenamento estável do conteúdo, da forma e da composição, de modo que a mesma interação, pesquisa, busca ou atividade por parte do usuário sempre produza o mesmo resultado

56. Na publicação mencionada, estão indicados os metadados de identidade, isto é, os nomes das pessoas envolvidas na produção dos materiais digitais que incluem o autor, redator, originador, destinatário e receptor. O originador é a pessoa:

- (A) física ou jurídica responsável por emitir os materiais
- (B) pessoa física ou jurídica responsável por articular o conteúdo dos materiais
- (C) física, cargo, ou unidade administrativa responsável pela conta de correio eletrônico ou pelo ambiente tecnológico onde os materiais são gerados e/ou a partir do qual são transmitidos
- (D) jurídica ou unidade administrativa responsável pela conta de correio eletrônico ou pelo ambiente tecnológico onde os materiais são gerados e/ou a partir do qual são recebidos

57. A designação de responsabilidades é um dos fatores que garantem o êxito da gestão arquivística de documentos e cabe às autoridades responsáveis assegurar o cumprimento das normas e dos procedimentos previstos no programa de gestão. Segundo e-ARQ Brasil, as responsabilidades devem ser distribuídas no órgão ou entidade e envolvem diferentes categorias, que estão todas corretamente indicadas em:

- (A) direção superior; servidores públicos; gerentes de unidades ou grupos de trabalho; gestores dos sistemas de informação e de tecnologia da informação
- (B) direção superior; profissionais de arquivo; gerentes de unidades ou grupos de trabalho; usuários finais; gestores dos sistemas de informação e de tecnologia da informação
- (C) direção superior; profissionais de arquivo; administradores; usuários internos; gestores dos sistemas de informação e de tecnologia da informação e área jurídica do órgão ou entidade
- (D) direção superior; profissionais graduados em administração; gerentes de unidades ou grupos de trabalho da área finalística; gestores dos sistemas de informação e de tecnologia da informação

Considerar o disposto no livro “Diplomática e tipologia documental em arquivo” (Bellotto, 2008), para responder às questões 58 a 61.

58. A Diplomática, por definição, ocupa-se da estrutura formal dos atos escritos de origem governamental e/ou material. Trata, portanto:

- (A) dos documentos que, emanados das autoridades supremas, delegadas ou legitimadas (como é o caso dos notários), são submetidos, para efeito de validade, à sistematização, imposta pelo direito
- (B) dos documentos que, emanados de autoridades arquivísticas, delegadas e legitimadas (como é o caso dos arquivos públicos), são submetidos, para efeito de validade, à sistematização, imposta pela lei
- (C) das informações que, emanadas de autoridades públicas, delegadas ou legitimadoras (como é o caso do Arquivo Nacional), são submetidas, para efeito de autenticidade, à sistematização, imposta pela lei
- (D) das informações que, emanadas de autoridades supremas, delegadas e legitimadoras (como é o caso dos notários), são submetidas, para efeito de autenticidade, à sistematização, imposta pelo direito

59. É **INCORRETO** afirmar que a origem da Diplomática está ligada:
- (A) à questão da crítica da informação arquivística
 - (B) à questão da falsificação de documentos medievais
 - (C) à questão das dúvidas quanto à autenticidade dos documentos
 - (D) aos jesuítas e beneditinos
60. O documento diplomático é:
- (A) o registro legitimado do fato administrativo ou jurídico que, por sua vez, é consequência da ação arquivística pública
 - (B) o registro legitimado do ato administrativo ou jurídico que, por sua vez, é consequência do fato administrativo ou jurídico
 - (C) o documento autenticado pelo ato administrativo e arquivístico, que por sua vez, é consequência da ação dos arquivos públicos
 - (D) o documento autenticado pela ação arquivística que, por sua vez, é consequência das ações institucionais ou públicas
61. Os princípios fundamentais da arquivística esclarecem as particularidades dos documentos de arquivo e devem estar perfeitamente presentes, senão nos estudos diplomáticos, seguramente nos estudos tipológicos. Segundo a autora citada, os princípios arquivísticos são:
- (A) o da proveniência; o da unicidade; o da autenticidade; o da territorialidade
 - (B) o do respeito aos fundos; o da teoria das três idades; o da organicidade; o da indivisibilidade
 - (C) o da proveniência; o da unicidade; o da organicidade; o da indivisibilidade
 - (D) o do respeito aos fundos; o da organicidade; o da indivisibilidade; o da autenticidade

Considerar o artigo “Os usuários da informação arquivística” (Oliveira,2006), para responder às questões de 62 a 64.

62. O relacionamento remoto entre os agentes arquivista e usuário também possibilita ao segundo uma condição de interferência na comunicação, sem a inibição que o conteúdo direto com o profissional pode provocar. O usuário, nesse contexto, assume um papel central de:
- (A) receptor passivo para coprodutor de informação relevante e agente no desenvolvimento de processos de avaliação de documentos
 - (B) receptor da informação arquivística para agente no desenvolvimento de processos descritivos
 - (C) receptor para coprodutor da informação e agente no processo de classificação da informação
 - (D) receptor para coprodutor da informação e agente no processo de transferência da informação

63. O processo de comunicação dos conteúdos informacionais arquivísticos se dá a partir da:
- (A) avaliação de documentos relevantes na base de dados
 - (B) inserção de informação selecionada em base de dados
 - (C) descrição arquivística consolidada em instrumentos de recuperação da informação
 - (D) correta avaliação e seleção de documentos
64. No sentido de chamar o usuário para o jogo de difusão dos conteúdos informacionais arquivísticos, alguns elementos são fundamentais, dentre eles **NÃO** se inclui:
- (A) o estabelecimento e manutenção de um canal permanente de comunicação com o usuário sobre suas demandas
 - (B) o reconhecimento do papel do usuário como produtor de conhecimento em uma determinada especialidade
 - (C) a possibilidade de chamar o usuário para proceder à descrição e indexação arquivística
 - (D) a interação entre usuário e arquivista no decorrer do processo de pesquisa
65. Segundo Geoffrey Yeo, em seu artigo *Falando sobre diferença: percepções sobre unicidade e identidade nos arquivos*, é possível redescobrir a crença de que cada fonte arquivística é única. Não é meramente o contexto documentário que distingue uma fonte da outra, como os autores mais antigos defenderam algumas vezes, mas sim os contextos de:
- (A) produção, conservação e tramitação
 - (B) produção, manutenção e uso
 - (C) reprodução, manutenção e classificação
 - (D) reprodução, tramitação e uso

Considerar o artigo “O que é teoria arquivística e porque ela é importante?” (Eastwood, 2013) para responder às questões 66 a 68.

66. A Arquivologia, como disciplina, consiste na construção do conhecimento sobre documentos de arquivo e na ação sobre eles de forma metódica para proteger as propriedades que possuem. Assim, a grande questão teórica é:
- (A) o que são essas propriedades que precisam ser protegidas e por quem
 - (B) quais métodos utilizar para proteger as propriedades dos documentos de arquivo
 - (C) qual das propriedades precisam ser protegidas e por quem
 - (D) o que são essas propriedades que precisam ser protegidas, e por que precisam

67. As características de documentos de arquivo são:
- (A) imparcialidade, autenticidade, naturalidade, interrelação e unicidade
 - (B) imparcialidade, confiabilidade, unicidade, organicidade e contextualidade
 - (C) autenticidade, confiabilidade, legitimidade e integridade
 - (D) integridade, valor de prova, legalidade, subjetividade
68. Arquivos só são autênticos quando são criados pela necessidade de se agir por meio deles e quando são preservados e mantidos pelo criador e seus legítimos sucessores, como testemunha fiel dos fatos e atos que registram. Para serem autênticos memoriais de atividades passadas, os documentos devem ser:
- (A) conservados, mantidos e consultados de acordo com sua classificação original
 - (B) produzidos, conservados e consultados de acordo com procedimentos adequados de classificação
 - (C) produzidos, mantidos e conservados de acordo com procedimentos metodológicos reconhecidos
 - (D) conservados, consultados e classificados de acordo com sua ordem original

Considerar as definições contidas no “Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística”, para responder às questões 69 e 70.

69. Descrição é:
- (A) o conjunto de procedimentos que, por meio de informações de estrutura e funcionamento do órgão, visam a elaboração de inventários e/ou catálogos
 - (B) o conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para a elaboração de instrumentos de pesquisa
 - (C) o procedimento de levantamento de informações de estrutura e forma dos documentos visando identificar os elementos indispensáveis para a recuperação da informação
 - (D) o procedimento de elaborar instrumentos de pesquisa identificando os elementos significativos para a recuperação das informações irrelevantes
70. A separação dos documentos de valor permanente daqueles passíveis de eliminação, mediante critérios e técnicas previamente estabelecidos em tabela de temporalidade, chama-se:
- (A) seleção
 - (B) avaliação
 - (C) triagem
 - (D) destinação